

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



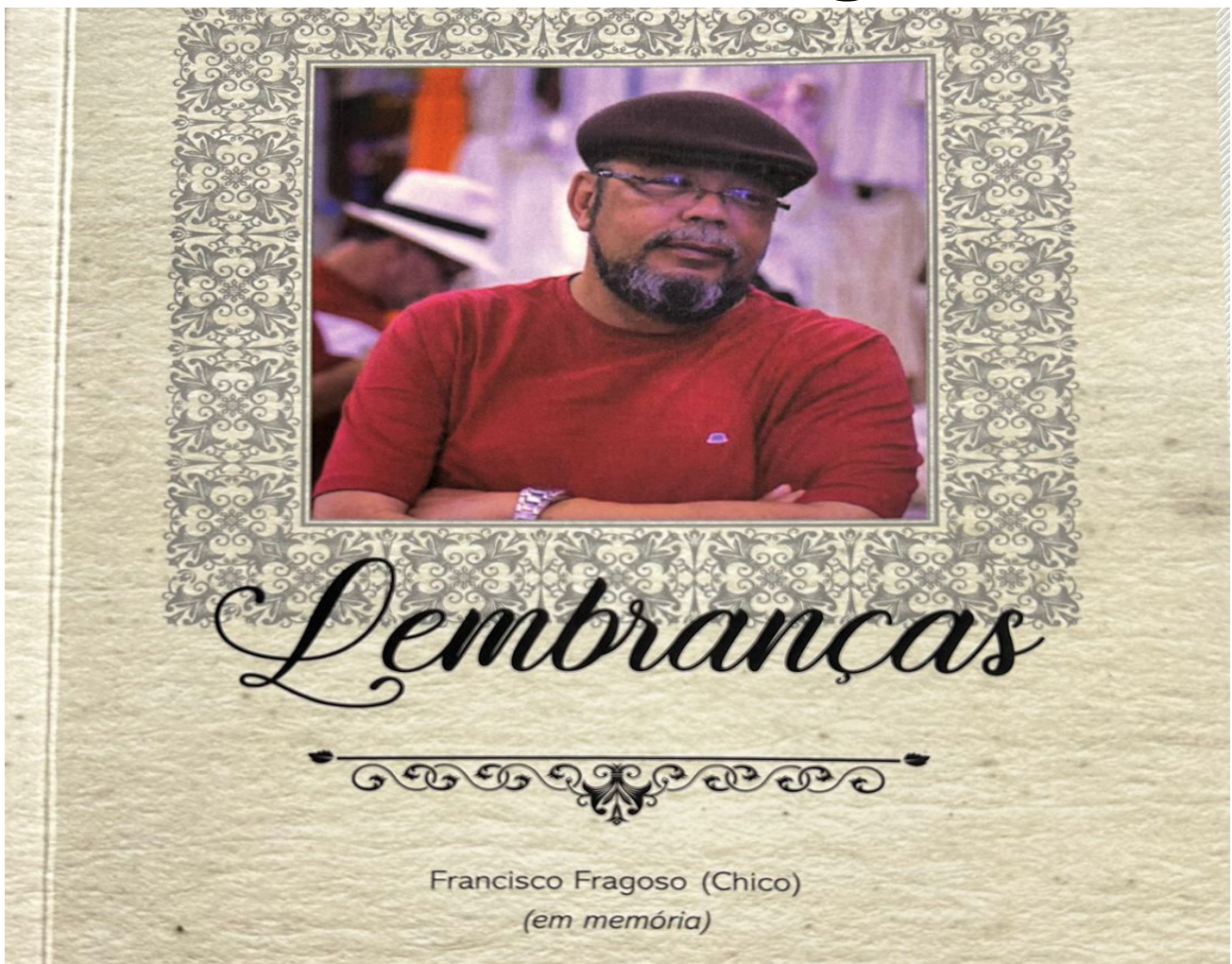
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 27/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3057- Ano 2023



CNTV recebe na 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes com carinho Livro Lembranças do sempre nosso Mestre Chico Fragoso



Dr. Francisco Fragoso ou Chico Fragoso ou apenas nosso amigo Fragoso, era um entusiasta dos encontros da CNTV, especialmente das Conferências que tratavam das campanhas salariais. Ele defendia de forma ferrenha que o sucesso dos acordos coletivos dependia de

diálogo, unidade e estratégias que passavam pelo conhecimento do assunto e forma de condução do processo no seu todo. Assim, foi vitorioso em várias campanhas salariais e em todas as categorias que atuou.

Mas, qual a diferença das campanhas dos trabalhadores vigilantes? Aqui, ele não era um advogado apenas, era um vigilante de verdade no coração que também era advogado por formação.

Pois bem, recebemos com carinho o Livro Lembranças, escrito em sua memória e distribuído aos presentes, foi uma forma dê-lo presente na nossa Conferência, onde por sinal, ele foi muito lembrado, especialmente quando se referiam ao encontro dos vigilantes do Nordeste que aconteceu no início do mês e que sempre o tinha como um dos grandes anfitriões.

Em um texto do livro, o filho de Dr. Fragoso, Eric Fragoso, escreve: “Incrível como um homem de ombros finos, postura frágil no dia a dia, caseiro, transformava-se em um gigante com sua roupa de batalha. E partia todos os

dias, enquanto pôde e muitas vezes sem poder, para enfrentar várias batalhas, para defender e proteger os seus, cada dia mais numerosos. Voltava cansado, mas mais uma vez orgulhoso de sua missão”. É isso! Nós também nos orgulhamos de termos batalhado a seu lado e juntos cumpridos muitas missões.

Um forte e caloroso abraço ao amigo Chico, onde quer que esteja. A sua família e seus amigos vigilantes de verdade de Pernambuco, nossa gratidão por ter dividido este ser espetacular com todos nós.

Seguiremos juntos, rumo à vitória da campanha salarial que se aproxima, colocando em prática os ensinamentos deste grande Mestre.

Fonte: CNTV

RIO GRANDE DO SUL

VITÓRIA! COMISSÃO DE JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA APROVA PL ANTICALOTE POR UNANIMIDADE



Representantes do Sindivigilantes, CPERS Sindicato, CUT-RS, Associação Unidos Terceirizados, deputado Luiz Fernando Mainardi e deputada Luciana Genro, numa das reuniões da CCJ, que vinha adiando a votação

.Finalmente, após diversos adiamentos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade, na manhã

desta terça-feira (26), um projeto de grande interesse dos vigilantes e dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados em geral, o PL 324/2019 do deputado Luiz Fernando Mainardi (PT).

A proposta, segundo o deputado, é inspirada num projeto do deputado Chico Vigilante (PT-DF) e visa garantir o pagamento dos direitos dos trabalhadores de empresas contratadas pelo Estado.

O texto prevê que os valores relativos a férias e abono de férias, décimo terceiro salário e também a multa do FGTS serão descontados pelo contratante dos repasses dos pagamentos dessas empresas e depositados numa conta exclusiva, bloqueada para movimentação.

A conta, em banco público, só poderá ser movimentada para pagamento dos trabalhadores, após autorização do órgão ou entidade contratante.

Projeto da deputada Luciana Genro (PSOL) com a mesma finalidade, mas texto diferente (PL 77/2023), havia sido aprovado semana passada.

Comemoração

Representantes do Sindivigilantes do Sul que acompanharam a votação comemoraram e agradeceram aos deputados pela aprovação, por doze votos à zero. Na sede do sindicato também houve muita comemoração quando chegou a notícia da vitória na CCJ.

“Queremos agradecer aos senhores deputados e deputadas, estávamos esperando por isso há muito tempo porque os trabalhadores terceirizados, especialmente os vigilantes, não aguentam mais levar calote de empresa que fecham as portas do dia para noite deixando seus funcionários a ver navios, sem receber nada, algo precisa ser feito para que isso não aconteça mais”, afirmou o presidente do sindicato, Loreni Dias.

“Esperamos que agora a tramitação do projeto do deputado Mainardi e também da deputada Luciana andem mais rápido, e este ano mesmo sejam aprovados na Assembleia e virem lei estadual”, completou Dias.

Apoio da CUT-RS e manifestação dos deputados

Também estavam presentes na reunião da Comissão, apoiando a luta dos terceirizados, o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci, e dirigentes da central.

Deputados de diferentes bancadas se

pronunciaram antes da votação, numa demonstração de que o projeto conseguiu um amplo apoio entre os parlamentares e ficou mais favorável o seu andamento na AL daqui para frente.

O deputado Mainardi ressaltou que o seu projeto e o da deputada Luciana têm a mesma finalidade e se somam, para que os trabalhadores não sejam mais prejudicados por empresas que não cumprem seus deveres trabalhistas.

“Nós vamos conversar com o governo e a Procuradoria do Estado para os ajustes que forem necessários no projeto, para que essa lei seja aprovada e entre logo em vigor”, disse.

“Queremos garantir os direitos dos trabalhadores e apoiar as empresas sérias”, declarou o relator da matéria, deputado Professor Bonatto (PSDB), que deu parecer favorável ao projeto.

“Nós queremos empreendedores que prestam serviços com responsabilidade e idoneidade nesta área, senão quem paga depois esta conta (dos calotes nos trabalhadores) é o Estado”, acrescentou.

“A terceirização não pode ser sinônimo de precarização e desrespeito aos direitos de quem trabalha para essas empresas, a regra deve ser a prestação de bons serviços e serem corretos no pagamento de tributos e dos seus trabalhadores”, afirmou Miguel Rosseto (PT).

Segundo o Delegado Zucco (REPUBLICANOS), que foi relator e deu parecer favorável ao PL da deputada Luciana, “em 25 anos de atividade pública vimos que a regra não é o cumprimento dos pagamentos dos trabalhadores e dos tributos, por isso precisamos garantir em lei que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores que prestam este serviço”.

“A regra na atividade pública, infelizmente, é o descumprimento das obrigações trabalhistas, por isso é importante o projeto para que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores prestadores deste serviço”, reforçou o deputado Marcus Vinícius (PP).

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

SVNIT na 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes em Brasília



Dirigentes sindicais de todo país se reuniram em Brasília, nos dias 22 e 23 de setembro, para a 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes, para discutir o futuro da categoria e ações para o ano de 2024.

O evento, organizado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) teve a participação de diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

“A organização da categoria em nível nacional fortalece nossos pleitos. Através da nossa conferência orientamos e discutimos com os companheiros(as) as iniciativas de cada Estado e como vamos conduzir as pautas nacionais, inclusive as leis que são importantes para os vigilantes”, afirma Cláudio Vigilante, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT) e Secretário Geral da CNTV.

Cláudio ainda reforça a unidade nas negociações salariais. “Importante que as campanhas salariais sejam unificadas para ganharem mais força na hora de negociar com os patrões. No Rio de Janeiro, vamos buscar esse encaminhamento para garantir mais direitos aos trabalhadores”, completa.

Além dessa pauta, os conferencistas ainda debateram temas como:

1. Alinhamento das campanhas salariais: A busca pela unificação das pautas salariais em todo o Brasil visa garantir que as demandas apresentadas sejam as mesmas em todas as regiões. Dessa forma, fortalecemos a voz dos vigilantes e aumentamos as chances de conquistar melhores condições de trabalho e remuneração justa.

2. A Lei Anticalote e sua importância: No cenário nacional, a implementação e efetivação da Lei Anticalote são fundamentais para a proteção dos direitos dos vigilantes. Essa legislação visa combater práticas abusivas e garantir o pagamento correto de salários e benefícios, evitando assim o descaso com a categoria e a precarização do setor.

3. Fortalecimento do setor da segurança privada: Reconhecemos a importância estratégica da segurança privada para a sociedade como um todo. Por isso, é essencial investir em ações que fortaleçam e valorizem esse setor. Além disso, devemos buscar parcerias e diálogos com órgãos governamentais e entidades representativas, visando aprimorar as condições de trabalho e garantir a dignidade dos profissionais envolvidos.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participa da Conferência Nacional dos Vigilantes



Nos Nosso Sindicato participou da 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes, que acontece nos dias 22 e 23 de setembro de 2023, reunindo trabalhadores e lideranças de todo o Brasil.

Em pauta, questões importantes para a categoria, como a Campanha Salarial 2024, o Estatuto da Segurança Privada, o Piso Nacional dos Vigilantes, entre outras.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, o evento nacional é uma oportunidade de fortalecer a luta por direitos e projetar novas conquistas para os trabalhadores.

“Não temos dúvidas de que unidos somos mais fortes. Por isso estamos aqui reunidos com vigilantes e lideranças de todo o país para trabalharmos juntos na defesa de salários dignos, boas condições de trabalho para os vigilantes e elaborar novas propostas para o futuro da categoria”, afirmou o presidente.

Fonte: SINDICATO DOS VIGILANTES DE

ALAGOAS

Diretores do Sindsegur participam da 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes



Nesta sexta-feira, 22 de setembro, os diretores do Sindsegur Márcio Lucena, Allan Cardeck, Eriberto Teixeira e o advogado da nossa entidade Thybério Santiago participam da 17ª Conferência Nacional dos Vigilantes em Brasília.

A conferência que tem como tema a campanha salarial de 2024, reúne durante os dias 22 e 23 de setembro representantes dos vigilantes das diversas regiões do Brasil para debater importantes questões de interesse da categoria.

A conferência tem como principal objetivo avaliar as negociações realizadas nos anos anteriores e analisar os cenários socioeconômicos e políticos nacional para definir as estratégias para as negociações de 2024.



Vale ressaltar, que a 17ª Conferência dos Vigilantes é realizada pela CNTV e tem o apoio de federações e sindicatos de todo o país.

Fonte: SINDSEGUR RN

Saúde mental dos vigilantes é motivo de preocupação do Sindicato



Não é novidade para ninguém que os profissionais da Segurança Privada enfrentam situações de risco, violência, estresse e pressão constantes.

Entretanto, aliadas a essas situações, as condições precárias de trabalho, as baixas remunerações, o assédio moral e sexual, as duplas e até triplas jornadas o medo do desemprego tem adoecido cada vez mais os trabalhadores, resultando em transtornos psicológicos, emocionais e comportamentais, que muitas vezes são difíceis de diagnosticar e tratar.

É urgente discutirmos a saúde mental dos vigilantes, que têm sido vítimas dessa máquina de moer trabalhador.

ALERTA! PRECISAMOS FALAR SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS VIGILANTES

É preciso que haja uma maior conscientização sobre o tema, uma maior responsabilização das empresas e das autoridades competentes, para que deem a devida assistência.

O Sindicato dos Vigilantes de Barueri e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) têm um papel fundamental nesse processo, pois são responsáveis por diagnosticar o problema e encontrar soluções para prevenir e combater as doenças do trabalho.

É preciso provar as condições do trabalhador é que são a causa do adoecimento. Precisamos responsabilizar as empresas que têm lavados as mãos quando os trabalhadores mais precisam.

Não é frescura, e saúde mental

Muitas empresas, supervisores e até outros vigilantes podem achar que é frescura ou até exagero, mas não.

O trabalhador doente, sob pressão, stress e até depressão, não tem o direito de parar. Se houver um assalto ou tentativa de as-

salto hoje, amanhã ele tem que estar de volta ao posto. Não há suporte! Diferentemente da segurança pública, onde o

trabalhador tem suporte e só retorna quando está bem, na segurança privada o profissional está sozinho.

EXAME PSICOTÉCNICO: PORTARIA PERMITE QUE EMPRESAS DESCARTEM O TRABALHADOR

A situação do profissional da segurança privada é muito difícil, pois os trabalhadores são submetidos a exames psicotécnicos a cada dois anos, por força de lei, para manter o registro de vigilante.

E se o trabalhador for reprovado no exame psicotécnico, ele pode ser demitido por justa causa, conforme previsto na Portaria 18145/2023 da Polícia Federal.

Além disso, o trabalhador perde o registro de vigilante e fica impedido de exercer a profissão, o que tem levado centenas de trabalhadores ao suicídio.

FALTA DE DADOS É UM PROBLEMA A SER ENFRENTADO

A subnotificação é outro problema sério, e a falta de dados também.

Apesar de importante, infelizmente não há nada que materialize a doença mental dos vigilantes. Não há dados, não há estatísticas, não há números de mortes e nem de dispensas por conta desse problema.

As empresas não informam nada, nem quantos profissionais têm. Apenas mandam embora.

E é aí que acontece o pior.

Para combater esse inimigo é preciso conhecê-lo. Precisamos de números e dados sobre a saúde mental dos vigilantes. Precisamos de legislação sobre a questão.

Conscientização dos trabalhadores é fundamental

Mas para avançar na luta pela saúde mental dos vigilantes o sindicato precisa da conscientização de todos sobre as causas do problema.






Afinal, o que está levan-

do os vigilantes ao adoecimento. E mais: o que está sendo feito para tratar esse trabalhador no momento mais difícil?

Por isso fazemos esse convite: venha discutir conosco

e ajudar a construir uma condição de vida e trabalho melhor para os profissionais da segurança privada.

Mas precisa ser hoje, agora. Não podemos mais perder tempo!

 /vigilantesbarueri |  /sindicatodosvigilantesdebarueri |  www.vigilantesbarueri.com.br
 secretaria@vigilantesbarueri.com.br |  Rede Vigilantes (11) 91083-4661

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE BARUERI/SP

Julimar Roberto é reeleito como presidente da Contracs-CUT



Foram eleitos, neste sábado (23), durante o 11º Congresso da Contracs, os diretores e as diretoras que estarão à frente da Confederação no próximo quadriênio (2023-2027). Julimar Roberto, comerciário do Distrito Federal, foi reeleito para a presidência da entidade. Ele compõe a chapa única, formada por 23 diretoras e 22 diretores – respeitando a paridade de gênero -, sendo 25 da Direção Executiva e 20 da Direção Estadual, e seis conselheiros fiscais, sendo três titulares e três suplentes.

O presidente reeleito da Contracs-CUT agradeceu aos delegados e delegadas, a todos e todas que compõem a diretoria, às entidades filiadas, aos trabalhadores e trabalhadoras da base e à sua equipe de trabalho por sua recondução ao cargo

“A Contracs é mais do que uma entidade de classe; somos uma gigantesca família unida no mesmo ideal. Ao longo deste novo mandato, quero continuar a fortalecer esse espírito de unidade e colaboração que nos trouxe até aqui. Quero assegurar que todos e todas se sintam ouvidos, respeitados e representados. Juntos, fomos e seremos capazes de superar qualquer desafio – pois não somos sós, somos milhões!”, enfatizou.

O 11º Congresso da Contracs aconteceu de 20 a 23 de setembro, em Guarulhos, São Paulo. Durante os quatro dias, temas como financiamento sindical, paridade, automação, precarização das relações de trabalho, sindicalismo internacional, entre outros, foram intensamente debatidos.

FONTE: CONTRACS

INSS anuncia mudanças nas regras de pagamento de retroativos após recursos

Entenda as recentes modificações nas regras do INSS que impactam o pagamento de retroativos aos segurados que recorrem de decisões negadas.

FOTO: <https://site.contabeis.com.br>



O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) anunciou importantes mudanças nas regras que afetam o pagamento de valores retroativos atrasados aos segurados que recorrem de pedidos negados e obtêm concessões ou revisões com base em novos documentos. De acordo com a Portaria 1.156, datada de 13 de setembro, que reformula as disposições relativas à Data de Entrada do Requerimento

(DER), aqueles que apresentarem novos elementos durante o recurso podem receber quantias menores de atrasados.

A DER é a data em que um cidadão solicita um benefício à Previdência Social. Pela lei, se o benefício for concedido ou revisado, o valor retroativo deve ser calculado a partir dessa data. No entanto, o artigo 21 da portaria estabelece que, se novos elementos forem apresentados

durante o recurso, os efeitos financeiros devem ser baseados na data de apresentação desses novos documentos.

Para evitar a modificação da data, o segurado precisa apresentar argumentos ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) demonstrando que não agiu com má-fé ao não apresentar inicialmente o documento que poderia garantir a concessão ou revisão.

A norma que permite a alteração da DER foi introduzida pelo Decreto 10.410 de julho de 2020, que regulamentou a reforma da Previdência de 2019. A nova portaria do INSS reforça essa interpretação e oferece a opção de defesa com base nas normas da Portaria 997, de 28 de março de 2022.

A advogada e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, destaca a importância de ter todos os documentos em mãos ao solicitar benefícios ou revisões. Ela também enfatiza a necessidade de representação por um advogado ao recorrer ao Conselho de Recursos.

É crucial evidenciar ao INSS que não se trata de um novo elemento, especialmente nos casos em que o instituto já tinha conhecimento do documento, mas não solicitou sua apresentação devido a cruzamentos de dados com outros sistemas.

Conforme a nova portaria, se o documento apresentado no recurso for utilizado para convencer o conselheiro no julgamento e a Junta ou Câmara não afirmar que a DER será mantida, o INSS ajustará os efeitos financeiros para a data da apresentação do documento.

Essa determinação será aplicada automaticamente a todos os processos pendentes que ainda não foram julgados.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Entenda o cumprimento de exigência e como garantir o benefício

Quem solicita aposentadoria ao INSS pode ser convocado para apresentar documentos, conhecido como exigência. Isso pode ser feito por email, pelo aplicativo ou site Meu INSS, ou pessoalmente na agência da Previdência. Essa exigência visa comprovar o direito ao benefício, especialmente quando faltam informações necessárias para a análise do pedido.

Para garantir o benefício, é essencial:

- Confira seu cadastro de contribuições: antes de solicitar aposentadoria ou revisão, verifique cuidadosamente seu Cadastro de Contribuições do INSS para garantir que todas as contribuições necessárias estejam registradas;
- Tenha todos os documentos necessários: reúna todos os documentos que comprovem seu direito ao benefício, incluindo a carteira de trabalho e holerites;
- Acompanhe seu processo no Meu INSS: utilize o aplicativo ou site Meu INSS para acompanhar o progresso do seu processo, verificar se houve concessão e cumprir as exigências do INSS;
- Saiba recorrer em caso de negativa: se o benefício for negado, saiba como recorrer por meio do sistema do Meu INSS, por telefone ou pessoalmente. É fundamental ter argumentos e provas sólidas, e considerar a orientação de um advogado;
- Vá à justiça, se necessário: se o INSS ultrapassar o prazo legal para dar uma resposta ou negar o pedido, é possível recorrer ao Judiciário. Por acordo judicial, pedidos de aposentadoria devem ter resposta em até 90 dias, enquanto revisões devem ser respondidas em até 45 dias.

Com informações da Folha de S. Paulo

Fonte: [CONTABEIS.COM.BR](https://contabeis.com.br)

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF